

Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil

Alexandra Maria de Oliveira

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza, Ceará, Brasil.

e-mail: alexandra.oliveira@ufc.br

Resumo

A juventude camponesa constituiu uma agenda de formação política, socioeconômica e cultural, com mobilizações de luta pelo acesso à terra, ao trabalho e à educação pública de qualidade, no campo e na cidade. O objetivo deste artigo é analisar o protagonismo da juventude sem-terra, no Ceará, no processo de democratização da universidade pública, a partir da prática política nos cursos de formação sobre a realidade brasileira para jovens do campo (2001 a 2019). Em tempos de ameaças aos movimentos socioterritoriais e à educação pública brasileira, o resgate da memória, estimulado ao longo dos períodos de formação, passa a ser um caminho de fortalecimento de outras leituras e projetos de desenvolvimento no país. A metodologia foi baseada na leitura de artigos referentes à temática, na observação participante, em entrevistas diretas e na coleta de matérias escritas em revistas, jornais e mídias sociais. O protagonismo da juventude tem-se configurado na constituição de uma agenda própria, desenvolvida por diferentes coletivos e eventos, como marchas, ocupações e jornadas de luta em defesa da terra e do território, da reforma agrária popular, da educação pública de qualidade e de um projeto de vida a favor da diversidade social no campo e na cidade.

Palavras-chave: Juventude; movimentos socioterritoriais; educação pública; universidade.

Peasant youth in the struggle for public education in Ceará, Brazil

Abstract

Peasant youth constituted a political, socioeconomic and cultural training agenda, with mobilizations to fight for access to land, work and quality public education in the countryside and in the city. The purpose of this article is to analyze the role of peasant youth in Ceará in the process of democratization of the public university, through training courses on the Brazilian reality for rural youth (2001 to 2019). In times of threats to socio-territorial movements and Brazilian public education, the recovery of memory, stimulated throughout the training periods, becomes a way of strengthening other readings and development projects in the country. The methodology was based on reading articles related to the theme, participant observation, direct interviews and the collections of articles written in magazines, newspapers and social mídia. The protagonismo of youth has been configured in the constitution of its own agenda, developed by different collectives and events, such as marches, occupations and days of struggle in defense of land and territory, of popular agrarian reform, of quality public education and of a life project in favor of social diversity.

Keywords: Youth; socio-territorial movements; public education; university.

Juventud campesina en la lucha por la educación pública en Ceará, Brasil

Resumen

La juventud campesina constituyó una agenda de formación política, socioeconómica y cultural, con movilizaciones para luchar por el acceso a la tierra, el trabajo y la educación pública de calidad en el campo y en la ciudad. El objetivo de este artículo es analizar el papel de la juventud sin tierra en Ceará en el proceso de democratización de las universidades públicas, a partir de la práctica política en cursos de formación sobre la realidad brasileña para la juventud rural (2001 a 2019). En tiempos de amenazas a los movimientos socio-territoriales y a la educación pública brasileña, la recuperación de la memoria, estimulada a lo largo de los períodos de formación se convierte en una forma de fortalecer otras lecturas y proyectos de desarrollo del país. La metodología se basó en la lectura de artículos relacionados con el tema, la observación participante, entrevistas directas y la recopilación de artículos escritos en revistas, periódicos y redes sociales. El protagonismo de la juventud se ha configurado en la constitución de su propia agenda, desarrollada por diferentes colectivos y eventos, como marchas, ocupaciones y jornadas de lucha en defensa de la tierra y el territorio, de la reforma agraria popular, de la educación pública de calidad y del un proyecto de vida a favor de la diversidad social.

Palabras clave: Juventud; movimientos socioterritoriales; educación pública; universidad.

Introdução

A juventude camponesa tem lutado para que o acesso às universidades ocorra de forma democrática. Esse debate tem sido feito, principalmente, junto a instituições acadêmicas, organizações afrodescendentes e movimentos sociais do campo e da cidade. Ações afirmativas de movimentos camponeses, indígenas e quilombolas estão caminhando na luta pelo acesso ao ensino básico e superior no Brasil. A novidade é que nos últimos 20 anos ficaram evidentes novas reivindicações dos camponeses. Se antes a luta pela educação passava pela criação de escolas de nível básico, há pelo menos duas décadas a necessidade amplia a pauta de novas reivindicações. Desse modo, educação de qualidade com escolas de ensino fundamental nos assentamentos e acampamentos; alfabetização de jovens e adultos; escolas de ensino médio nos assentamentos e acesso à universidade pública são as demandas apontadas.

No entanto, sabemos que as universidades estão abertas a uma pequena parcela da sociedade, muito embora vêm democratizando-se a partir de ações afirmativas decorrentes de lutas sociais e conquistas de direitos. A pressão dos jovens por educação de qualidade básica e superior cresceu e conquistou a aprovação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), em 1998. Na perspectiva de valorização da justiça social, da política pública para a educação, do respeito à docência e da responsabilidade com os jovens camponeses, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) articulou-se com uma frente de intelectuais orgânicos para estabelecer uma agenda, ou melhor, uma “prática política” (PEDON, 2009, p.185) voltada intencionalmente para ampliar a formação básica e superior de assentados e acampados com ações nas universidades públicas.

No ano de 2001, o MST articulou, com uma equipe de professores da Universidade Federal do Ceará (UFC), o primeiro Curso de Formação sobre a Realidade Brasileira para Jovens Assentados e Acampados do MST, no estado do Ceará. A experiência desenvolvida anteriormente na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) serviu de inspiração. Ao longo do processo, a prática foi agregando um número cada vez maior de participantes e no ano de 2019 foi realizado o XV Encontro Estadual da Juventude Sem Terra, reunindo jovens de assentamentos e acampamentos de reforma agrária do estado. Para o Movimento, nas palavras de um integrante, o encontro foi um “importante espaço de formação para juventude do Ceará, principalmente na atual conjuntura. Precisamos estar organizados para contrapor os avanços do capital e estarmos em luta permanente” (F. G. – Coletivo de Juventude do MST Ceará. In: OLIVEIRA, 2019, p. 1).

Neste artigo, considera-se de grande relevância a teoria geográfica dos movimentos sociais desenvolvida por Fernandes (2005). A produção do conhecimento e a experiência desenvolvida pelo autor, em sua trajetória com o MST, foram fundamentais no aprofundamento dos estudos sobre os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil. Ao focar o movimento social como categoria de análise, Fernandes (2000, p. 61) pesquisa o MST como “forma, mas também como processo e os significados de suas dimensões e ações”, sendo o assentamento como uma “conquista de frações do território” e a ocupação como “processo socioespacial e político complexo, que precisa ser entendido como forma de luta popular e resistência do campesinato, para sua recriação e criação”. Para o autor, a Geografia tem referencial teórico e metodológico para avançar nas leituras sobre as ações dos movimentos sociais no campo e na cidade. Fernandes (2005, p.31) denomina movimento socioterritorial, o movimento social que “tem o território não só como trunfo”, mas como essência para sua existência. Autores como Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2016) também serão considerados fundamentais na análise de processos decorrentes das ações dos sujeitos em destaque.

Na leitura geográfica sobre mobilizações do MST no Ceará, percebe-se que os cursos de formação da juventude camponesa, vistos como uma agenda por ser um “aspecto constitutivo dos movimentos socioterritoriais” e por conter “intencionalidade e campo de ação” (PEDON, 2009, p.185), adquiriram novos contornos, tempos e espaços. Além disso, debateram temas diferentes, inseriram outras estratégias de luta em defesa da reforma agrária popular e da educação pública de qualidade, do mesmo modo que potencializaram ações, ocupações, marchas e jornadas. Essas vistas como mobilizações e eventos, sendo “partes fundamentais para se compreender a lógica espaço-temporal e reticular dos movimentos” (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 330). Com isso, a agenda foi “transformando,

ampliando e modificando de acordo com as necessidades, experiências, relações, aspirações e construções próprias e alheias” (idem).

Nesse sentido, conforme Arroyo (2019), registrar a história de politização da luta pelo direito à educação, desenvolvida pela juventude torna-se um ato político necessário aos docentes-educadores, que, muitas vezes, são responsáveis por vidas consideradas ameaçadas em tempos de autoritarismo no Brasil.

A educação do campo como um caminho para o desenvolvimento territorial

A luta pelo desenvolvimento territorial tem sido acompanhada pela contradição de projetos políticos que se sobrepõem no território brasileiro: um majoritário, feito em nome da expansão do agronegócio, e outro popular, desenvolvido a favor dos povos do campo. De acordo com Fernandes (2005, p.28), “a contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade”. Com isso, a teoria de cunho geográfico sobre os movimentos socioterritoriais fornece subsídios para a interpretação dos conflitos no campo brasileiro.

Para Fernandes (2012), ao eleger-se a educação do campo como um caminho para o desenvolvimento territorial, é preciso ter clareza sobre qual identidade social pretende-se formar. Um profissional de interesse no agronegócio dificilmente estará preocupado com o associativismo ou o cooperativismo, na perspectiva do desenvolvimento das unidades camponesas ou com a melhoria das condições de vida nas áreas de assentamentos rurais. Dessa forma, a educação do campo tem papel fundamental na produção de um currículo emancipatório e na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária.

Arroyo (2007), ao analisar políticas de formação de educadores do campo, revelou que as consequências da inspiração no paradigma urbano são marcantes na secundarização e na falta de políticas para o campo em todas as áreas públicas, e de maneira particular, na saúde e na educação. O campo, nessa leitura, é visto como um lugar constituído por grupos sociais atrasados, resquícios de sociedades antigas em processo de mutação para uma sociedade moderna.

Autores como Autor (2011; 2013) e Diniz (2019) concordam que, no Ceará, a desvalorização da escola rural desdobra-se na insatisfação de alunos e professores com as condições de trabalho, tais como: salas de aula inadequadas, transporte escolar sem segurança e descontextualização dos conteúdos disciplinares com suas realidades cotidianas. Destaca-se que isso acontece em tempos de reafirmação do campo, através da presença política de camponeses e de indígenas organizados em movimentos sociais na luta por seus territórios. O campo brasileiro, a partir de 1990, tem estabelecido, de forma regular, um dinamismo na luta por direitos, mostrando sua identidade e cultura, seus valores e sua

organização política, tendo como principais representações a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), os Movimentos Indígenas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

De acordo com Seoane (2003, p. 13),

(...) los movimientos sociales de origen rural más importantes en la última década en Latinoamérica: el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) en Brasil, el movimiento cocalero del Chapare boliviano, la experiencia de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador, y el zapatismo en México.

Conforme Fernandes (1996), a consolidação desses movimentos sociais passa por princípios, organicidade e formas de ações que são recriadas e apresentam uma nova configuração de protestos no debate sobre as alternativas de desenvolvimento territorial, a favor dos povos do campo. A presença marcante dos sem-terra em rede nacional e internacional, como sujeitos históricos da construção da sociedade, confronta a elite brasileira. Isso acontece porque na luta por um projeto popular de desenvolvimento territorial, os sem-terra expressam suas concepções do direito à educação e do dever do Estado. Nesse processo, a luta pela reforma agrária, a posse e o uso da terra passam a ser condições para a viabilização de um conjunto de outras lutas: por escolas e formação de qualidade, por educação contextualizada, por estrutura viária básica, por exemplo. Esse é um fato extremamente relevante na compreensão dos aspectos políticos e sociais que envolvem a escola do campo.

De acordo com Fernandes (2006; 2011; 2012), foi da demanda específica por educação nos acampamentos e assentamentos do MST que nasceu o Pronera. O programa “constitui-se como uma parceria entre o Incra, as universidades e os movimentos sociais e sindicais do campo” (DINIZ, 2019, p. 329). Assim, foi criada, Brasil a fora, uma agenda, nas universidades, voltada à formação superior de assentados. Entre os cursos criados cita-se: Direito, na Federal de Goiás; Geografia, na Estadual de São Paulo (Presidente Prudente); História, na Universidade de Brasília; Agronomia, na Federal de Sergipe; além de Pedagogia da Terra, como também Jornalismo da Terra, na Estadual e na Federal do Ceará, respectivamente.

Carvalho (2006) e Diniz (2002/2003), ao analisarem a criação do Pronera no Ceará, reafirmaram o fato de os movimentos socioterritoriais do campo, na luta pela garantia do direito à educação do campo passarem a reivindicar de forma expressiva, a partir de meados da década de 1990, junto ao governo federal, uma política educacional pública que viesse atender às necessidades da classe trabalhadora rural.

Para Sales (2007), bem como para Autor (2013), a leitura midiática sobre ensino, juventude e educação no Brasil está quase sempre atrelada aos baixos índices de rendimento

e às altas taxas de analfabetismo, assim como à evasão escolar. Problemas relacionados ora às questões sociais, como a fome e a miséria, ora às questões econômicas, como a falta de emprego e qualificação profissional entre os jovens, estão frequentemente em pauta.

Entretanto, para Martins (2008), as notícias sobre o ensino e a educação no Brasil nem sempre tocam no essencial. Embora existam preocupantes adversidades, pouco é tratado o fato de que há no país um generalizado apreço pela vontade de aprender, visto, muitas vezes, em lugares de absoluta ausência do poder público. Muito do que existe como valorização da escola rural é, sem dúvida, em grande parte um êxito da escolarização promovida pelo MST. Apesar dos conteúdos pedagógicos discutíveis e dos simplismos ideológicos, em particular da escola rural, o Movimento tem suprido carências de saber com criatividade e conservado a utopia da universalidade do ser e do direito. Isso acontece, sobretudo, porque a ideologia educacional do MST tem coerência com o seu projeto político, o qual é baseado em um modo de vida viável e que representa uma resistência legítima às diferentes forças que, em nome da grande economia multinacionalizada e voraz, nulificam valores, crenças, maneiras de viver e capitais sociais acumulados ao longo dos séculos.

Na trajetória de conquistas sociais da juventude no mundo da educação pública brasileira, foram incluídos, nas escolas de educação média e nas universidades, cotistas sociais, raciais, militantes de educação do campo, indígenas e quilombolas, entre outros sujeitos políticos. Essa diversidade contribuiu para o aumento da consciência social de educandos e educadores, em conviver com jovens e adultos provindos de diversos coletivos e dispostos a lutar por seus direitos como jovens (ARROYO, 2019).

No caso em estudo, a articulação com as universidades públicas foi fundamental na realização da agenda “curso de formação sobre a realidade brasileira para jovens do campo”, quer fosse com a infraestrutura, quer fosse com o compromisso e a ética de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes da instituição. O diálogo com o coletivo da juventude e o setor de educação do MST Ceará foi o motor do processo. Nesse contexto, os coletivos tinham clareza de que “mais do que formar informando os jovens assentados, o curso também serviu para a interação deles entre si e com o meio urbano” (Profa. C. S. – UFC. In: MADEIRA; GABRIEL, 2001, p. 16).

Durante a formulação da agenda, as articulações se firmaram e a relação entre universidades públicas e movimentos socioterritoriais foi sendo reconhecida na sociedade. Por um lado, ao acolher uma ação política de um movimento dessa magnitude, a universidade soma à sua tríade – ensino, pesquisa e extensão – a experiência humana de valorização e respeito às conquistas sociais no trabalho com os jovens do campo. Por outro lado, ao dividir experiência, conhecimento e organicidade com a universidade, os movimentos refazem sua história de luta “contra as cercas do latifúndio, da ignorância e do capital” (STÉDILE;

FERNANDES, 1999, p.74) e repõem questões sobre o autoritarismo brasileiro (SCHWARCZ, 2019), necessárias ao debate em defesa da democracia.

De acordo com Pedon (2009), no decurso da constituição dos movimentos socioterritoriais, as mobilizações coletivas podem ser espontâneas ou permanentes. Quando assumem o caráter de permanentes, elas visam superar as barreiras colocadas à sua organização e passam a estabelecer planos e metas com grande potencial para “a formulação de uma agenda voltada para a conquista do território” (PEDON, 2009, p.184).

Os cursos de formação da juventude camponesa no Ceará contribuíram significativamente para a organização de ações da juventude com o objetivo de lutar por terra e território, trabalho e educação. Portanto, como uma agenda de mobilização permanente desenvolvida pelo MST, podem ser considerados fundamentais para a abertura de espaços políticos no interior das instituições públicas, com debates sobre a participação da juventude na construção de políticas públicas e na consolidação da educação do campo, como caminho para a reforma agrária popular.

A juventude camponesa em foco na agenda

As universidades públicas têm, como uma de suas funções sociais, a responsabilidade de estabelecer vínculos com os movimentos sociais do campo e o compromisso com o desenvolvimento territorial. Foi nesse contexto que, no final da década de noventa, a professora Celecina Sales articulou, com uma equipe de professores da UFC e o MST nacional, o primeiro Curso de Formação para a Juventude do Campo do Ceará (2001). A inspiração veio de um projeto de extensão, desenvolvido na Unicamp, o qual visava aprofundar discussões acerca do papel dos jovens na construção da Reforma Agrária no Brasil e da tese de doutoramento da referida professora sobre a juventude do campo (SALES, 2003). Naquele momento, o MST nacional começou o trabalho de organização da juventude cearense em luta por terra, cultura, identidade e políticas públicas de desenvolvimento territorial. A mobilização de jovens de diferentes regiões do estado lotou os espaços físicos da Universidade.

O setor de educação do MST-Ceará planejou a programação junto com o coletivo da juventude e a UFC, mediante projeto de extensão de iniciativa de professores do curso de Economia Doméstica, intermediado pelo Núcleo de Estudos sobre Gênero, Idade e Família (Negif), juntamente com professores de Odontologia, Ciências Sociais e História. A partir da segunda edição (2002), professores e alunos do curso de Geografia, por meio do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (Leat), foram convidados a integrarem a coordenação do evento. Nos anos subsequentes (2003 a 2013), a coordenação passou a ser alternada entre professores dos departamentos de Geografia e de Economia Doméstica. Nos últimos anos

(2014 a 2019), promoveram a efetivação de coletivos de cursos de universidades públicas do estado. A mobilização da juventude camponesa ocorre, tradicionalmente, no período das férias do mês de julho e conta “com a participação de professores das universidades brasileiras, técnicos de ONGs, Instituições Públicas e de Movimentos Sociais” (ALENCAR; DINIZ, 2010, p. 146).

Desde o início, o coletivo de professores teve clareza de que o projeto se tratava de uma agenda do movimento, portanto, com ações e intencionalidades próprias da juventude do campo.

O projeto é uma demanda do MST, no sentido de formar a juventude dos assentamentos para um resgate da história agrária, incentivando a família a permanecer no campo, mas tendo conhecimento para um suporte científico e tecnológico que permita reconhecer as possibilidades da terra, a fim de explorá-la de forma sustentável (Profa. C. G. – UFC. In: AMBI, 2002, p. 1).

Nesse contexto, cada programação foi diversificada e focada em leituras sobre a importância do papel da juventude na sociedade. Por meio de palestras, debates e oficinas, foram discutidas questões como modelos de desenvolvimento territorial, políticas públicas para a juventude, formas de trabalho no campo e conjuntura nacional. Os temas foram desenvolvidos sob a responsabilidade de docentes, estudantes universitários e militantes ligados a movimentos socioterritoriais e socioespaciais do campo e da cidade.

Lima *et al.* (2004), ao fazer uma análise da terceira edição, ressaltou o fato de o evento ser um momento de apropriação e socialização dos conhecimentos científicos necessários à vida dos jovens do campo. Naquele momento, a agenda estava configurada como “uma prática política (...), com espaços interativos (...) e geradores de sujeitos” (PEDON, 2009, p. 185 e 186) nos quais os jovens do campo e da cidade estavam envolvidos.

Para a coordenação estadual do MST,

A gente acredita que essa questão da formação tem que ser para as pessoas do campo, mas também para a cidade. Nós nos preocupamos com o rumo que a cidade está levando. Ao sair daqui essa juventude vai dar continuidade ao que foi discutido, participando de outros espaços de luta (J. R. – Coordenação Estadual do MST, Ceará. In: ADITAL, 2007, p. 5).

A afirmação acima corrobora as palavras de ordem “reforma agrária se faz no campo, mas se ganha na cidade!” e com a leitura sobre os desdobramentos da experiência, sobretudo, no que concerne ao trabalho de base. Desse modo, a escolha dos palestrantes esteve vinculada diretamente à atuação dos profissionais nas temáticas propostas e à afinidade política com as lutas sociais do campo e da cidade.

A metodologia foi construída ao longo do desenvolvimento da agenda. Após o primeiro curso, as versões seguintes procuravam avançar com a experiência das anteriores, como afirma uma professora:

Com o tempo, nós podemos entender melhor as demandas da juventude e fazer um evento mais dinâmico. Os jovens colocaram muitos questionamentos, dialogaram e interagiram com o conteúdo que foi proposto. Nós percebemos a vontade deles em continuar e multiplicar o que estavam aprendendo (Profa. C. S. Campus do Pici, Fortaleza, 2009).

A dinâmica dos cursos foi resultado da apropriação da agenda pelos jovens, conhecedores de fato de seu público, de seu desenvolvimento, de temas que lhes foram significativos, de problemas que registraram e de soluções levantadas. As especificidades trabalhadas foram dando sentido às leituras de mundo contextualizadas e aprofundadas. Além disso, a diversidade regional sempre foi cultivada.

Para o coletivo da juventude do MST Ceará, a construção da agenda privilegiou a resistência e a inovação:

O evento é importante para fortalecer nos jovens a identidade como trabalhadores rurais e a necessidade de manterem a resistência no campo. Aquilo que eles aprendem nas oficinas e cursos aplicam nos assentamentos. Como exemplos: a instalação de uma rádio comunitária em Santana, o uso de técnicas de agroecologia e a produção de medicamentos naturais (C. S. – Juventude do MST, Ceará. In: Jornal da UFC, 2006, p. 6).

Com isso, concorda-se com Lerrer (2012, p. 467) quando expôs que uma das características do setor de Educação do MST, na atualidade, “é a tentativa de inserir sua base de trabalhadores no que chamo de ‘modernidade emancipatória’, porque concentra grande parte de seus esforços no incentivo à instrução formal e política”. Assim, a juventude foi definindo a educação do campo (CALDART, 2004) como resistência, e ainda, “um processo em construção, voltado, portanto, para o fortalecimento da identidade camponesa, assim como para a afirmação do campo enquanto espaço de trabalho e de vida” (DINIZ, 2019, p. 333).

Conforme Pedon (2009, p.185) a formulação da agenda de um movimento socioterritorial corresponde a um processo caracterizado por três momentos: o da comunicação; o da constituição do espaço interativo e o da criação do ambiente de formação. Na construção da agenda da juventude, o primeiro momento, o da comunicação, define-se a temática priorizada na ocasião. Isso se dá a partir do trabalho de base nos assentamentos e acampamentos, reunindo os jovens em rodas de conversas, socializando valores e ideias nas escolas, e nos encontros regionais, como também escolhendo os participantes por brigadas¹.

O segundo momento, “constituição de um espaço interativo, (...) se dá o processo de aprendizado por meio da interação, baseada na troca de experiências, conhecimentos e trajetórias de vida” (PEDON, 2009, p. 185). No caso em estudo, o espaço interativo foi dinamizado com atividades realizadas no diálogo com as universidades, em reuniões de

¹ A terminologia brigada foi introduzida no MST Ceará nos anos 2000 e configura-se em uma forma de organização que viabiliza sociabilidade, laços de fraternidade e solidariedade entre os jovens do campo.

trabalho para a construção da programação, nas articulações políticas, nos convites aos palestrantes e na busca por financiamentos por meio da elaboração de projetos. Ademais aconteceram as mediações entre os movimentos e representações de grupos sociais excluídos, nos órgãos financiadores e, em alguns casos, na gestão dos recursos financeiros.

Como parte da interação, a programação foi resultado da troca de experiências e conhecimentos dos eventos anteriores. De maneira geral, as manhãs eram compostas por uma “mística de abertura”, encenada como teatro e/ou apresentações musicais, nas quais algum militante encerrava com palavras de ordem que, na sequência, eram entoadas no coletivo, e por palestras proferidas nas mesas-redondas. A interação também contava com a prática do cochicho entre os jovens, que viabilizava questões escritas a serem repassadas ao coordenador da mesa. Já as tardes eram preenchidas com a participação dos cursistas em oficinas pedagógicas e rodas de conversas, nas quais os jovens dividiam-se em grupos menores. De acordo com o professor J. L., “as oficinas são encontros políticos e afetivos. São momentos em que os jovens podem dar uma direção segundo seus próprios interesses, demonstrando sua autonomia” (*Campus do Pici, Fortaleza apud LIMA, 2005, p. 154*). No conteúdo programado eram construídas oficinas referentes a diferentes atividades: a) de economia e cultura: agroecologia, customização, microcrédito solidário, *software* livre e prática de reciclagem; b) de cultura e arte: ciranda, danças populares, violão, percussão e ciranda, cultura e arte (*grafite, break, Rapp*), estêncil e pintura de painéis; c) de educação e saúde: teatro do oprimido, fanzine, leituras e produção de texto, comunicação popular e rádio no campo, gênero e sexualidade, e higiene dos alimentos, entre outras atividades.

Conforme Autor e outros (2013), as oficinas foram sendo modificadas ao longo do processo, ora agregando novas técnicas ora definindo novas temáticas e práticas socioculturais, políticas e econômicas. Mudanças essas atentas às solicitações dos jovens em suas bases, ao diálogo com outros movimentos socioterritoriais e socioespaciais do campo e da cidade e ao desenvolvimento de formas de comunicação e expressão próprias da juventude do campo, pautado na pedagogia freiriana que norteia ações de renovação da agenda do movimento.

Ainda com relação à programação, as noites eram dedicadas às apresentações culturais com danças típicas, como o forró, ciranda e saraus iluminados, tanto por cantores da terra, teatro de bonecos e quadrilhas juninas como pelos jovens participantes do curso.

Como resultado, em geral, ficava evidente a troca de conhecimentos socialmente produzidos, a constituição de uma identidade camponês sem-terra e o diálogo baseado em ações coletivas dos grupos participantes, como revelou o depoimento da brigada Bernardo Marin: “Aprendi muito. Como o Brasil precisa de mudanças nos meios políticos e sociais. E, também, como nós sentimos necessidade de estarmos organizados. Com o Encontro,

vivenciamos troca de experiências com jovens de outras regiões e aprendemos novas coisas, novos desafios” (*Campus do Pici*, Fortaleza, 2009).

Um ponto alto da agenda é o evento Dia de mobilização, que tem o objetivo de reivindicar políticas públicas para a educação e a juventude. No geral, a ação acontece com a marcha nas grandes avenidas de Fortaleza e/ou ocupação de prédios públicos de instituições ligadas ao campo. De acordo com Sobreiro Filho (2016, p. 295) “marchas e caminhadas são formas de ocupações dos espaços e configuram-se como forma de mobilidade dos conflitos”. Já a “ocupação de prédios públicos e privados são ações de confronto direto com os agentes de produção do espaço” (p. 296). Ainda, conforme o autor, podem-se configurar em ações de contestação trans e multiespacial e territorial, bem como podem ocorrer para acelerar projetos, entre outros desdobramentos.

Em todas as marchas e ocupações percebeu-se uma “rede de solidariedade, luta e resistência” (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 296) e, ainda, uma forte identificação dos jovens do campo e da cidade com os princípios do MST na luta pela educação pública, pela reforma agrária popular e por políticas públicas para a juventude. Alguns dos resultados das mobilizações da juventude foram materializados em escolas do campo (ensino médio), com formação técnica em áreas de reforma agrária, em cursos de formação de professores em universidades públicas e em políticas públicas para a(s) juventude(s) do campo e da cidade.

A terceira fase “é também o momento da reflexão e da redefinição das estratégias e objetivos, mostrando que as agendas não se dissociam da ação, permanecendo numa contínua reformulação” (PEDON, 2009, p.186). Para a Brigada Florestan Fernandes, a emancipação da juventude faz-se nesses momentos: “Aprendi que os jovens têm voz e vez na política e em movimentos sociais. Eu estou formando um grupo de jovens em minha comunidade. Então, esse Encontro foi fundamental para mim e minha comunidade” (*Campus do Pici*, Fortaleza, 2013). Essa fase, compreende, também, o momento da avaliação e da produção de novas pautas, as quais formarão um conjunto essencial para a redefinição da agenda, possibilitado, em certa medida, pela organicidade dos coletivos articulados em redes de solidariedade.

De acordo com Sobreiro Filho (2016, p.115) “a articulação em redes, (...) tem contribuído significativamente para o desenvolvimento dos próprios grupos e a coesão das ações, dos territórios e dos lugares de luta e resistência”. No estudo de caso, os coletivos de docentes e discentes formam redes articuladas, que se revezam na coordenação dos projetos, acompanhando passo a passo os encaminhamentos desenvolvidos durante os momentos de planejamento, organização e execução da agenda. Além das redes de recursos humanos, propriamente dito, a articulação envolveu investimentos de recursos socioespaciais (social, econômico, cultural e técnico) de instituições como o Banco do Nordeste do Brasil

(BNB), o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) - Ceará, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDA) e o Instituto Agropolos do Ceará, a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), a Associação Técnico-científica Eng. Paulo de Frontin (Astef), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFC, o Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) e a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). Essas diferentes escalas de articulações das redes foram fundamentais no financiamento do material didático ou dos transportes necessários ao deslocamento dos jovens e no encaminhamento de profissionais para ministrar oficinas e palestras. Todos, portanto, fundamentais na promoção do “*contentious politics* e a produção do conhecimento” (SOBREIRO FILHO, 2016, p.116).

Os cursos contaram, em média, com a presença de mais de trezentos e cinquenta jovens, por versão, provenientes de comunidades e assentamentos rurais. Os jovens organizados em brigadas assumem a missão de ocupar a universidade e a cidade, trocar saberes, dinamizar conhecimentos e retornar às suas comunidades com as novidades, como mostrou o depoimento da Brigada Manoel Veríssimo na avaliação do curso: “foi muito bom, pois tivemos muito aprendizado, e os temas foram de acordo com a realidade dos jovens e a marcha que foi muito importante. Vamos levando vários resultados positivos para a base” (*Campus do Pici*, Fortaleza, 2012). É também na base das comunidades que a agenda seguinte começa a ser construída.

De acordo com Freire (2001), na construção do processo de expressividade, o aprendizado da leitura, da escrita e da dramatização não terá significado real se for feito através da repetição mecânica de sílabas. Esse aprendizado só é válido quando, simultaneamente ao domínio da formação vocabular, o educando vai percebendo o sentido da linguagem, ou melhor, quando ele vai internalizando a relação entre linguagem, pensamento e realidade, cuja transformação, ao exigir novas formas de compreensão, coloca também a necessidade de novas formas de expressão.

Tal é o caso da constituição da educação proposta pelos cursos de formação sobre a realidade para jovens do campo. O que antes era tido como “latifúndio do saber”, espaço de poucos e, menos ainda, dos trabalhadores rurais, foi sendo ressignificado, no processo educativo, como espaço de diálogo e possibilidades para filhos e filhas de trabalhadores do campo. As universidades, como territórios, foram palcos de disputas de conhecimentos diversos, e cada curso ocorrido foi motivo de vitória das juventudes envolvidas com movimentos sociais, que transformaram a estrutura de um possível “latifúndio do saber”, o que resultou em novas formas de expressão e de pensamento.

Nas avaliações gerais, percebe-se elementos constitutivos da organicidade dos coletivos participantes na formação de juventudes, com pensamentos e ações críticas, reflexivas e transformadoras.

Os jovens, representantes de suas brigadas, afirmaram:

Como tivemos momentos únicos riquíssimos, acredito que saindo daqui terei capacidade de produzir e contribuir para o assentamento, já que a mente ficou mais aberta. O mais interessante de tudo é que o que aprendi no evento ficará marcado na minha vida e certamente me abrirá novos horizontes (Brigada Che Guevara, Campus do Pici, 2010).

As oficinas foram boas, os professores tiveram dedicação aos jovens e esses tiraram bom proveito das atividades desenvolvidas (Brigada Lampião e Maria Bonita, Campus do Pici, 2012).

Para o coletivo de professores das universidades,

Receber a juventude camponesa é motivo de muita alegria para a universidade. É importante que nós tenhamos clareza de qual é nossa tarefa diante de todos esses ataques feitos de forma sistemática às universidades públicas efetuados pelo atual governo. A tarefa de defender uma educação pública de qualidade é nossa, é da juventude do campo e da cidade (Prof. H. S. – Campus da UECE. In: OLIVEIRA, 2019, p.1).

Os depoimentos reafirmam a necessidade de não deixar que a memória da politização do direito à educação, proposta pelo MST, seja esquecida. E, ainda, que a inserção da juventude na sociedade moderna passe pelo incentivo à educação pública formal em seus diferentes níveis de ensino – fundamental, médio e superior – e modalidades: educação do campo, indígena, de jovens e adultos e quilombola, entre outras.

Os cursos de formação sobre a realidade brasileira para jovens do campo realizados no Ceará, entre os anos de 2001 e 2019, são partes constitutivas do que Guaraná (2012, p. 440) descreveu como “um intenso processo organizativo dos jovens tanto nos movimentos sindicais (...) quanto nos movimentos que fazem parte da Via Campesina Brasil”. Ainda, para a autora, “a presença cada vez mais massiva de organizações de juventude aponta para um fenômeno em movimento”. No caso em estudo, a agenda proposta pelo MST foi sendo realizada inicialmente em parceria com a Comissão Pastoral da Terra e, na sequência, com outros movimentos sociais do campo e da cidade como o Movimento dos Conselhos Populares (MCP), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento Camponês Popular (MCP), o Levante Popular da Juventude, os Movimentos Indígenas e Quilombolas e os Povos do Mar, para citar alguns e a Via Campesina – “um movimento camponês transnacional” (ROSSET, 2018, p.192).

Essa articulação favoreceu mudanças no modo de fazer a resistência e nas visões sobre a reforma agrária, a luta pela terra, a identidade camponesa, entre outros. O amadurecimento do próprio conceito de Juventude(s) foi se dando ao longo do processo. A agenda que iniciou com a denominação “curso para jovens do MST” foi configurando-se em “jovens do campo”, e “juventude sem-terra” e, ainda, as palavras de ordem também foram refazendo-se: “Juventude que ousa lutar, constrói o saber popular”, “Juventude construindo

soberania alimentar e o projeto popular” e “Juventude em luta pela vida e por direitos” entre outros gritos entoados. A aposta experienciada pelos coletivos do MST e pela universidade pública no Ceará, em 2001, obteve a adesão das juventudes camponesas, ou seja, “daqueles que assim se identificam nos movimentos sociais do campo” (GUARANÁ, 2012, p. 440) e, por que não dizer, da cidade. O curioso é que essa reformulação deu-se sempre no sentido de agregar as discussões de base encaminhadas pelos jovens camponeses, indígenas e quilombolas, entre Outros coletivos.

É importante ressaltar que esses grupos sociais vinham firmando ações coletivas de luta pela educação de qualidade, por liberdade e emancipação e afirmando-se como sujeitos de direitos. “O direito à educação como direito à vida” (ARROYO, 2019, p. 46). Podemos afirmar que, no período estudado (2001 a 2019), uma parte significativa do mundo da educação básica e superior no Ceará tomou partido a favor do reconhecimento do protagonismo da juventude e da afirmação das diferenças de gênero, etnia, raça e classe, que os movimentos socioterritoriais e socioespaciais vinham proclamando. Conforme Arroyo (2019), esse tomar partido político, ético e pedagógico tem sido reprimido por projetos de lei – “Escola Sem Partido”, “Ideologia de Gênero” – ou mesmo por ataques aos movimentos. O autor defende, ainda, que sem fortalecimento das diferenças culturais, identitárias dos Outros em ações coletivas podemos apontar para um profundo recuo nos avanços democráticos conquistados na educação pública.

Assim como ocorreu com jovens camponeses que adentraram nos cursos superiores de universidades brasileiras (FERNANDES, 2011), muitos dos participantes da agenda denominada “cursos de formação sobre a realidade brasileira no Ceará” também se tornaram alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras e estrangeiras. Hoje, parte significativa desses jovens (Figura 01) compõe os coletivos de novos eventos, também, considerados espaços de luta pela educação pública e de qualidade e pela formação política e cultural das juventudes do campo e da cidade.

A Jornada Nacional da Juventude Sem Terra e a Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária no Ceará, que acontecem desde 2010 e 2014, respectivamente, são espaços de formação política, de atividades culturais e de ações de luta, mobilizados, sobretudo, pelos coletivos da juventude do MST, os quais revelam seu protagonismo. Diferentemente dos cursos de formação, as Jornadas criaram redes e ganharam espaços com uma dinâmica de auto-organização própria do MST – a ocupação via Jornada Itinerante –, dinamizando o papel dos jovens no campo e na cidade, nas universidades e nas ruas. Nesse sentido, as jornadas itinerantes são uma estratégia de enfrentamento para driblar os constantes ataques à juventude camponesa, muitas vezes ameaçada como se fosse terrorista.

Figura 01: P. H., ex-cursista e militante do Coletivo de Juventude do MST.



Fonte: FERNANDES, L. (2017).

Considerações finais

A juventude camponesa, organizada em movimentos socioterritoriais na luta pela terra, constituiu sua agenda, conquistou espaços de debates e políticas públicas em todos os setores, em especial na educação pública. O acesso de cotistas sociais e raciais, sem-terra, indígenas e quilombolas às universidades construiu uma consciência de classe sobre a importância da luta por direitos fundamentais previstos inclusive na Constituição Brasileira de 1988.

A conquista do Pronex, em 1998, foi fundamental para que a articulação do MST com a UFC experienciasse o primeiro curso de formação da juventude camponesa no Ceará, em 2001. De lá para cá, outros movimentos socioterritoriais nacionais e transnacionais juntos a diversas universidades públicas foram convidados e fizeram a adesão à luta pela manutenção do espaço de formação conquistado pela juventude.

O resgate da trajetória dos cursos de formação da juventude camponesa no Ceará leva a concluir que as conquistas que se tem hoje na educação pública, em seus diferentes níveis e modalidades - as quais contemplam, em especial, os povos do campo nas áreas de reforma agrária -, em muito deve à(s) juventude(s) camponesa(s). O impacto social da educação proposta pelo MST em diálogo com as instituições de ensino superior é fundamental na formação de diversos profissionais, entre outros: professores, comunicadores sociais,

assistentes sociais, técnicos em agropecuária, médicos, jornalistas, advogados. São, portanto, os trabalhadores que estarão em serviço nos postos de saúde, nas rádios comunitárias, nas escolas do campo e em outras instituições. De acordo com Fernandes (2011), isso é possível porque acreditamos na transformação da realidade social quando entendemos que um camponês pode ser um profissional comprometido com o desenvolvimento territorial brasileiro.

A opção pela educação do campo (CALDART, 2004) proposta pelos movimentos sociais recolocou questões como o fortalecimento de ações afirmativas no sentido de democratizar o acesso à universidade e a participação dos jovens na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local, regional e nacional.

A prática política com os cursos de formação para a juventude do campo mobilizou ocupações nas universidades e na cidade. A prioridade foi desenvolver conhecimentos científicos e cotidianos com os jovens no contexto da realidade brasileira, de forma a estimular suas autonomias, ampliar e fortalecer leituras acerca de políticas públicas e de questões de gênero e sexualidade, entre outros. Em todos os eventos percebeu-se a formação de uma rede de solidariedade, construção de identidade com a condição de jovens sem-terra em luta por direitos e a resistência a uma condição imposta.

No que diz respeito ao trabalho com a formação das juventudes, pode-se dizer que os cursos constituíram novos laços de sociabilidade e vivência comunitária no mundo da academia e nos assentamentos rurais. A produção de um trabalho como esse não passa despercebida. Ao longo do processo, muitas foram as barreiras à parceria com jovens assentados e acampados ou à democratização da educação formal. A superação foi acontecendo no enfrentamento aos ataques e na certeza de que é preciso dissolver concepções errôneas acerca da juventude, bem como enfatizar a importância do protagonismo dos jovens do campo como sujeitos políticos na realidade brasileira.

A conjuntura atual revela um quadro de desemprego, cortes em projetos sociais, empobrecimento da população e aumento da desigualdade social, resultado do golpe de Estado de 2016, da mudança de governo e da crise econômica profunda que polariza a sociedade. As ameaças constantes à educação pública, à universidade, aos movimentos sociais e aos docentes-educadores colocam em questão avanços sociais e políticos conquistados pela sociedade brasileira. O registro desses avanços é também uma forma de manifestar, através do texto, vozes de juventudes que apresentam e reivindicam soluções simples para problemas antigos.

O momento atual impõe a necessidade de rever práticas acadêmicas para que se possa aprender com a juventude dos movimentos socioterritoriais. A resistência passa pelo compromisso ético do pesquisador, docente-educador, de impedir o esquecimento das

memórias de politização não só do direito à educação, mas da luta por terra, trabalho e vida digna no campo. Reconhecer o significado político que os movimentos socioterritoriais têm dado à sociedade é uma forma de promover a formação de uma juventude humanizada, com pensamento e ações críticas e reflexivas sobre a sociedade moderna.

Referências

ADITAL (Agência de Informações Frei Tito para a América Latina e Caribe). MST realiza curso de formação política para jovens. Fortaleza, Brasil, 2007. Adital – Notícias da América Latina e do Caribe. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=28583> Acesso em: 16/set./2016

AMBI (Ambiente Brasil). 523 Jovens do MST participam de curso. Andi – Juventude – clipping notícias, 2002. Disponível em: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2002/10/10/8331-523-jovens-do-mst-participam-de-curso-no-ceara.html> Acesso em: 10/out./2002. >

ALENCAR, F. A. G.; DINIZ, A. S. MST – Ceará, 20 anos de marcha. **Mercator**, Fortaleza, v.9, n.20, p. 133-148, set./dez. 2010.

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cadernos do Cedes 72** / Educação do Campo. Maio/ago., 2007 – São Paulo: Cortez; Campinas, 2007. p. 157-176.

_____. **Vidas ameaçadas**: exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARVALHO, S. M. G. **Educação do Campo**: Pronera, uma política pública em construção. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2006.

DINIZ, A. S. PRONERA/Sobral: Relatos de uma experiência. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral, v.4/5, p.115-129, 2002/2003.

_____. Educação do campo como um processo de resistência: a experiência do PRONERA na Universidade Estadual Vale do Acaraú, estado do Ceará. **Campo-território**: revista de geografia agrária, v.14, n.32, p.325-345, abr., 2019.

FERNANDES, L. A juventude está nas ruas dizendo que não aceita o modelo de estado estabelecido no país. Página do MST. Fortaleza, Ago./2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/08/10/a-juventude-esta-nas-ruas-dizendo-que-nao-aceita-o-modelo-de-estado-estabelecido-no-pais-afirma-paulo-henrique.html> Acesso em: out./2019.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, n.15. São Paulo: AGB, 2000, pp.59-85.

_____. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, número 6 – Janeiro /Julho de 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso: ago/2020.

_____. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

_____. Educação do campo e desenvolvimento territorial rural. **Revista NERA**. Presidente Prudente. São Paulo, Ano 14, n. 18. p. 125-135. Jan-jun/2011.

_____. Reforma Agrária e Educação do Campo no Governo Lula. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-23, ago., 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GUARANÁ, E. Juventude do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.437 – 444.

JORNAL da UFC. **O campo e a Universidade**. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Ano 3, n. 11, set./2006. Disponível em: <http://www.ufc.br/comunicacao-e-marketing/jornal-da-ufc/893-jornal-da-ufc-n-11>. Acesso em: 16/set./2016.

LERRER, D. F. Preparar gente: a educação superior dentro do MST. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 2, 2012, p. 451-484.

LIMA, A. E. F.; LIMA, A. P. A.; CAMURÇA, A. M.; SILVA, D. R.; FARIAS, D. PL; SAMPAIO, J. L. F.; SALES, C. M. V.; AMARAL, C. C. G. Cursos estaduais de formação sobre a realidade brasileira para jovens do MST – CE: uma análise da terceira edição. In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Ed. URGs: Gramado/RS, 2004.

LIMA, A. E. F. Educação sistemática: o olhar geográfico sobre os cursos para jovens do MST como mecanismo de formação. **Zorós**. Ano IV – n. 5. p. 152-154. Set. 2004/ago. 2005.

MADEIRA, R.; GABRIEL, D. MST ocupam UFC. **Revista Universidade Pública – UFC**. Ano II – n. 08- out./nov. Fortaleza, 2001. p.16-19.

MARTINS, J. S. A educação, entre o balcão e o ensino. In: **O Estado de S. Paulo** [Caderno Aliás, A Semana Revista] domingo, 30 de março de 2008, p. 15.

OLIVEIRA, A. No Ceará, MST realiza XV Encontro Estadual da Juventude Sem Terra. Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2019/06/19/no-ceara-mst-realiza-xv-encontro-estadual-da-juventude-sem-terra.html>. Acesso em: ago./2019.

AUTOR. Campesinato, ensino de Geografia e escolas do campo: o conhecimento geográfico como um saber em conjunto. **Ge USP (USP)**, v. 30, São Paulo, p. 62-75. 2011.

_____. A escola camponesa na alternância e o ensino de Geografia. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 12, p. 171-187, 2013.

Autor e outros. Diálogo e compromisso social: um percurso geopolítico com jovens do campo. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, v. 26, p. 118-131, 2013.

PEDON, N. R. **MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: Uma contribuição à Pesquisa Geográfica**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_pedon.pdf. Acesso: ago/2020.

SALES, C. M. V. **Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**. 315f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC, Fortaleza, 2003.

SEOANE, J. (compilador). **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

Autor. Dialogando com o livro didático de Geografia: análise do discurso sobre a questão agrária em obras do ensino médio. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, p. 91-106, 2013.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e *contentious politics***: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espacio-temporal no Brasil e Argentina. 2016. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143908> Acesso: ago/2020.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

ROSSET, P. M. História das ideias de um movimento camponês transnacional. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v.14, n.27, p. 191-226, 2018.

Sobre a autora

Alexandra Maria de Oliveira – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Geografia da UFC, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Geografia. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1698-5436>.

Como citar este artigo

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 283-301, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 21 de janeiro de 2020.
Devolvido para a revisão em 06 de janeiro de 2021.
Aceito para a publicação em 13 de janeiro de 2021.
